

A IMPORTÂNCIA DA LINGÜÍSTICA PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricia Cavichioli e Catiane Mortari ©

RESUMO©

O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da lingüística para a formação do professor de língua portuguesa. Com esse propósito, é indispensável estar ciente de que o professor precisa de rápidas mudanças, além disso, é essencial considerar o fato de os professores desconhecerem totalmente os resultados dos estudos lingüísticos e suas inevitáveis conseqüências para o magistério de língua materna. Dentro desse contexto, serão apresentados os benefícios da lingüística para o papel do educador.

PALAVRAS CHAVE: professor, lingüística, ensino.

INTRODUÇÃO

A palavra "lingüística" é na maioria das vezes desconhecida pelos professores que ensinam a língua portuguesa, ou seja, eles não sabem de sua importância para o ensino.

Os professores mostram-se cada vez mais inseguros em relação a como proceder para que seja neutralizado o conflito das diferenças existentes entre a modalidade de linguagem do aluno e a linguagem escolar. O professor não sabe ensinar a norma padrão sem comprometer, com isso, o relacionamento da criança com seu grupo social de preferência.

Como proposta de solução a esse problema, vai-se insistir, aqui, em que a apresentação do sistema gráfico, a produção de textos e o ensino de leitura se desenvolvam com base no saber prévio que os alunos possuem de sua linguagem, sobretudo de sua fala, e na compreensão de suas características pelo professor. Quando nos referimos à língua falada pelos alunos,

estamos pensando naquele veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação da fala.

As crianças, muitas vezes, mostram uma grande sensibilidade para a variação lingüística e, desde cedo, já percebem variações em sua fala e na fala dos outros. Algumas vezes conseguem avaliar o prestígio ou o estigma social que se atribuem a essas variações, bem como perceber aquela variante inovadora estigmatizada e não padrão.

Como podemos notar, a lingüística é de suma importância para o professor que ensina a Língua Portuguesa. Ela procura mostrar como as palavras podem ser usadas de modos diferentes pelas pessoas, em diferentes situações e como a escrita é uma situação particular que deve ser considerada.

Segundo Franchi (1995, *apud* Cagliari, 1996), o professor deve, por tudo isso, cuidar para não deixar aparecerem, mesmo que involuntariamente, os arraigados preconceitos pelos quais se discrimina o modo de falar das classes populares e o reflexo desse falar na escrita. Não podemos, partindo de um enfoque ideológico classista, considerar as diferenças lingüísticas dos alunos como um dialeto social marginalizado. Ao contrário, partindo da própria linguagem deles e evitando diferenciar como mais graves as formas estigmatizadas socialmente, estaremos também evitando compartilhar esses preconceitos de classe. E, para espanto nosso, chegaremos com as crianças mais rapidamente às formas lingüísticas escolarizadas da modalidade culta. O papel

verdadeiro da escola e do professor não é o de discriminar as classes populares, nem o saber que elas constroem em sua experiência peculiar, é, sim, o de integrá-las e integrar esse saber na cultura da sociedade. E, para que isso venha a se concretizar, precisamos ter como suporte alguma coisa que entenda do assunto, neste caso a lingüística.

DESENVOLVIMENTO

A lingüística pode desempenhar um papel importante, primeiramente na formação acadêmica e intelectual do professor. O conhecimento de procedimentos de análises de fatos lingüísticos, dos princípios gerais da ciência lingüística, contribui para o entendimento do objeto, isto é, do fenômeno lingüístico.

Segundo Geraldi (1984), o professor de língua necessita de conhecimentos científicos a respeito daquilo que trabalha. A lingüística, ao longo do tempo, vem acumulando informações quanto às características da linguagem humana, suas funções, sua estrutura, que, compreendidas, podem funcionar como um instrumental eficiente para que o professor possa "se distanciar" do fenômeno lingüístico e discuti-lo, especular a respeito dele.

As informações vindas da lingüística a respeito da linguagem, no entanto, não devem se confundir com a própria linguagem. Assim como qualquer outro objeto de estudo científico, o estudo da linguagem requer não só um conjunto de terminologia própria, procedimentos de análise e o estabelecimento de postulados gerais, mas também o hábito de reflexão sobre a linguagem. O professor de língua deveria ser um dos grandes interessados.

A lingüística também pode contribuir para a constituição de uma atitude de um professor de língua. Segundo Ilari (1989), a lingüística afirma que a língua é um

complexo de variantes e que não existe superioridade de uma variante sobre outra. Esses e outros tipos de colocação podem funcionar como um embasamento de uma atitude de tolerância lingüística por parte do professor em relação aos diversos dialetos de seus alunos.

O autoritarismo lingüístico, melhor dizendo, a atitude de desqualificação da fala do aluno em favor da valorização da fala do professor é sustentada pela crença na existência da "boa linguagem", na linguagem correta entre si mesma e, por conseguinte, na necessidade de substituir os hábitos lingüísticos dos alunos. Uma formação lingüística correta concorre para a formação de uma atitude não preconceituosa, e dá margem a que o professor, em vez de apelar para a burrice universal dos alunos- "a incapacidade deles de aprender a falar e escrever o português"- seja capaz de questionar aquilo que lhe é imposto como tarefa: abstrair a variação e crer absolutamente na homogeneização da sua clientela. Mais que isso, acreditar que as dificuldades e problemas do ensino da língua materna podem ser resolvidos no âmbito de discussões pedagógicas e didáticas.

Essa falta de conhecimento verdadeiro é suprida com idéias estranhas e, obviamente, as conseqüências não recaem apenas na metodologia que obriga os alunos a aprenderem apesar da escola, mas, sobretudo na avaliação. O aluno é reprovado e tachado de carente, burro, incapaz de discriminar sons e imagens, de se concentrar no trabalho intelectual, e isso é um crime contra as crianças, porque não é verdade.

Para que o aluno não seja tratado dessa maneira, o professor de português tem que ser um profissional competente, tem que conhecer profundamente a Língua Portuguesa. Como ele poderia ensinar o

que não sabe? Se ele tiver um conhecimento errado, seu trabalho vai ser ensinado errado. Os alunos aprendem o que lhes é ensinado. A incompetência dos alunos nada mais é do que um fruto da incompetência da escola.

Para acabar com o pesadelo do aluno e para que o professor e a escola não façam papel de incompetentes, temos a lingüística, que está voltada para o estudo de como a linguagem humana funciona e para o estudo de como são as línguas em particular, quer fazendo o trabalho descritivo previsto pelas teorias, quer usando os conhecimentos adquiridos para beneficiar outras ciências e artes que usam, de algum modo, a linguagem falada ou escrita. Por isso, o ensino do português pode ser também a preocupação de lingüistas, paralelamente ao interesse que ele tem em descrever a língua portuguesa para fins puramente lingüísticos.

Segundo Bagno (2001), a formação do professor deve contribuir para a dissipação de toda uma série de mitos e preconceitos sobre a língua, que criam uma ideologia lingüística conservadora e retrógrada, responsável pela situação de profunda auto-aversão lingüística que se verifica entre os brasileiros, mesmo entre os falantes sociolingüisticamente classificáveis de cultos.

Esse deveria ser, então, um grande foco de interesse da prática pedagógica e da pesquisa do professor de língua: o conhecimento cada vez mais detalhado da variação lingüística e das conseqüências sociais dessa variação-conseqüências que nada tem a ver com supostos valores intrínsecos das diferentes variedades lingüísticas; e sim com fenômenos sociológicos que levaram à valorização e à atribuição de prestígio a determinadas formas lingüísticas, as que comparecem nas variedades das camadas sociais dominantes.

Devido a essas variações, o professor deve pôr em prática a dinâmica do trabalho lingüístico, que não é nem um eterno recomeçar nem um eterno repetir, na visão de Geraldi (1984), e sim relevante: por ele a linguagem se constitui marcada pela história deste fazer contínuo que está sempre constituindo.

Para que isso aconteça, o professor precisa receber uma sólida formação científica, como a de qualquer outro profissional que sai da universidade para o mundo do trabalho. Isso não quer dizer que ele vá transmitir aos seus alunos exatamente aquilo que aprendeu na universidade. O conhecimento da gramática tradicional, das teorias lingüísticas e das metodologias de pesquisa científica constrói a formação do professor de língua, mas não é para ser transmitido tal e qual para o aluno das escolas básica e fundamental. Esse conhecimento deverá ser a base para que o professor possa desempenhar o seu trabalho, para que tenha instrumental científico para analisar o desempenho de seus alunos.

O ensino de língua nas escolas fundamentais e médias parecia ter, tradicionalmente, dois objetivos: formar professores de português ou então formar grandes escritores e poetas. Ora, o professor de português, como os professores de todas as demais disciplinas ensinadas na escola, forma-se na universidade. E não existe nenhuma escola capaz de formar escritores e poetas. O objetivo da escola, no que diz respeito à língua, é formar cidadãos capazes de se exprimir de modo adequado e competente, oralmente e por escrito, para que possam se inserir de pleno direito na sociedade e ajudar na construção e na transformação dessa sociedade, além de oferecer a eles uma verdadeira educação lingüística.

Ilari (1989) não pensa diferentemente quanto ao papel da lingüística no curso de Letras. Ele discute a importância formativa da lingüística para o futuro do professor de Português, e mostra que essa importância gera a possibilidade de aquisição de uma visão ampla e não preconceituosa dos fatos da língua; ele ressalta que o objetivo fundamental do professor deveria ser ampliar a capacidade de comunicação, expressão e integração pela linguagem da população atingida por seu trabalho. Parece correto esperar que currículo de Letras prepare o futuro para avaliar as potencialidades e limitações que caracterizam a expressão e comunicação de seus alunos, bem como fixar para eles, com respeito à expressão e comunicação, objetivos viáveis e examinar criticamente os recursos didáticos que a indústria editorial proporciona.

Pensando o ensino de Letras nesse enfoque, somos levados a buscar os subsídios de várias disciplinas lingüísticas, desde a fonética e a fonologia até as disciplinas que estudam a variação regional, social e estética da fala, caracterizam suas funções, ou reconstituem o processo de uma aquisição.

Para isso, a lingüística tem um potencial formativo muito grande, pois introduz, na formação do professor de Letras, um elemento de participação ativa na análise da língua, que o habilitará a reagir de maneira crítica às opiniões correntes e lhe permitirá avaliar com independência os recursos didáticos disponíveis e as observações e dificuldades de seus alunos. Esse elemento de participação ativa também permitirá ao professor de Letras ampliar as perspectivas a partir das quais a estrutura da língua pode ser observada, assim como proporcionará uma vivência de método próprio das ciências naturais, que envolve momentos de intuição e momentos de formalismo,

permitindo a formulação e a avaliação de hipóteses alternativas.

Nas perspectivas traçadas, observa-se que a necessidade da lingüística nos cursos de Letras é tão evidente que chegam a ser problemáticas as posições contrárias, as daqueles que questionam sua inclusão nos currículos.

Para alguns, formar professores de Letras é formar algo diferente de professores de Português do primeiro e segundo graus; é formar, por exemplo, críticos literários. Essa é, diga-se de passagem, a velha concepção das Faculdades de Letras, em que era comum ouvir-se a afirmação preconceituosa de que a lingüística é instrumento da Filologia, e essa se subordina à Análise Literária numa relação "ancilar".

Essas idéias resultam de uma desinformação tão grande, e têm um cunho irrealista e elitista tão gritante, que não merecem ser levadas a sério. Antes de qualquer coisa, convém arcar com todas as conseqüências da atitude descritivista adotada pela Lingüística moderna, que apresenta teses inovadoras da procedência da língua falada, da legitimidade de estudar os falares de camadas sociais desprestigiadas ou do interesse pelas várias línguas maternas que se aprendem no Brasil, além do Português. Essas teses deixam o plano dos princípios e passam a afetar mais concretamente os programas de formação dos professores.

Os cursos de Letras precisam ter agilidade suficiente para formar um profissional sensível à diversidade das situações sociais, capaz de trabalhar basicamente com a língua falada, apto a pensar a alfabetização à luz da variação dialetal e eventualmente do bilingüismo, disposto a explorar funções de linguagem em que amplas faixas da população escolar se revelam carentes. Ou seja, é preciso

arquivar de vez a diretriz de um modelo único de professor, que seria fabricado em algum gabinete e recomendado por força de lei para todas as situações escolares que existem no país.

CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi apresentar a importância da lingüística para a formação do professor, pois é inaceitável, nos dias de hoje, que o educador de língua portuguesa entre nas salas de aula sem saber o que é lingüística. Estamos acostumados a ver professores de português tragicamente ensinando análise sintática a crianças mal alimentadas que acabam, depois de aulas em que não faltam castigos e bronca, condicionadas a sublinhar o sujeito de uma oração.

Imaginar, atualmente, um ensino de língua sem adequá-lo ao que se conhece da linguagem é estar atrasado no tempo, além de ser prejudicial aos interesses individuais e nacionais. Talvez nenhum outro trabalho didático esteja potencialmente tão bem fundamentado como o ensino de língua. Infelizmente, porém, os progressos da lingüística e das duas ciências interdisciplinares (a psicolingüística e a sociolingüística) não chegaram ainda às salas de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. Lingüística da norma. São Paulo: Loyola, 2001.
- CAGLIARI, Luis Carlos. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scpicione, 1996.
- GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. Cascavel: Assoeste, 1984.
- _____. Portos de passagem. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ILARI, Rodolfo. A lingüística e o ensino da língua portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- VALENTE, André. Aulas de Português perspectivas inovadoras. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOTA

© Trabalho desenvolvido na disciplina Técnicas de Pesquisa em Letras, sob a orientação da professora Ana Rita Marchesan, no ano de 2003, pelas alunas do 5º semestre do curso de Letras da UFSM, Catiane Mortari e Fabricia Cavichioli.